

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

assalariado, mais qualificados e com melhores condições do que os trabalhadores fabris, os “*white collars*” (colarinhos brancos), que afluíram aos serviços e preencheram as necessidades de uma burocracia crescente, quer no setor público, quer no privado. Em particular durante os “anos de ouro” do Estado-Providência, a classe média alimentou-se da ilusão de uma “sociedade da abundância”, apoiada na estabilidade e na coesão social, no diálogo e no compromisso entre as classes, no crescimento ilimitado e no consumo de massa.

Sendo um conceito cujo valor heurístico era questionável, foi, na sua diversidade interna, um protagonista central da recomposição social do século XX. Despida da roupagem ideológica de que se revestiu (especialmente por parte das teorias funcionalistas americanas), a classe média e estudos com ela relacionados não deixaram de evidenciar a sua relação com a conflitualidade e os movimentos sociais, por exemplo. Temas como o “radicalismo de classe média”, o sindicalismo do setor dos serviços ou a reprodução social e trajetórias de classe ilustraram facetas da classe média assalariada – e dos próprios processos de ação coletiva promovidos pelos novos movimentos sociais – reveladoras de todo um potencial transformador que as análises clássicas (correntes do marxismo em especial) não lhe reconheceram.

A classe média portuguesa cresceu à sombra do Estado social. E, tal como ele, encontra-se, hoje, à beira da ruína. O resultado pode ser a “implosão” ou a “explosão”, levando alguns dos seus novos segmentos (em particular os mais jovens, saídos das universidades) a engrossar a contestação e os novos movimentos de “indignados”.

Elísio Estanque

Classes sociais

O conceito de “classe social” nasce com a Revolução Industrial e vem, de certo modo, substituir as velhas “ordens” típicas da sociedade feudal. Karl Marx, de um lado, e Max Weber, de outro, estabeleceram os alicerces dos dois grandes paradigmas (rivais entre si) de análise das desigualdades e das classes. De acordo com o primeiro, no modo de produção capitalista, as classes baseiam-se nas relações de produção, isto é, no vínculo que cada grupo social mantém com os meios de produção, daí derivando as duas classes fundamentais: a burguesia (detentora da propriedade) e a classe operária ou proletariado (que apenas possui a sua força de trabalho); enquanto as camadas intermédias eram sobretudo “classes de transição”. Segundo os

weberianos, pelo contrário, inspirados no liberalismo (e que deram origem às teorias da estratificação social), as “classes”, os “grupos de status” e os “partidos” exprimiam diferentes formas de poder na sociedade e correspondiam a distintas formas de desigualdade (na economia, na sociedade e na vida política) numa sociedade plural.

Ao contrário da noção de “estrato” (ou status), que encerra um princípio gradualista (e de mobilidade individual), o conceito de “classe social” tem subentendida a ideia de barreiras estruturais e de conflito de interesses entre as diferentes classes. Para uns (os grupos dominantes e o discurso neoliberal), faz-se crer que as oportunidades são idênticas e acabam por ser reguladas através do mercado concorrencial: a sociedade reconhece os melhores e recompensa-os de acordo com seu mérito e talento. Para outros, a razão do enriquecimento e privilégio de uma classe é o empobrecimento e a exploração de outras classes (a classe trabalhadora e mesmo os excluídos e desempregados enquanto parte do “exército de reserva”).

O “precariado” emergente transporta um potencial identitário que poderá confirmar-se (ou não) enquanto sujeito político (ou movimento social), dependendo do acentuar das desigualdades, do nível de empobrecimento da “classe média” e da intensificação da crise e austeridade que hoje vivemos.

Elísio Estanque

Clientelismo

O Estado, tal como o pensamos na atualidade, é uma figura relativamente recente. Foi-se formando num processo de centripetação dos poderes disseminados pela sociedade. Nas sociedades tradicionais e no sistema político que as presidia, o clientelismo, com todo o seu cortejo de dependências pessoais, formava microssistemas autónomos de trocas e proteção muito fortes e alternativos ao próprio sistema estatal. Coexistiam, assim, diversas formas de ordens na comunidade doméstica, as quais, pensava-se, seriam tendencialmente incorporadas numa só comunidade política estatal oficial.

O que aconteceu foi que a predominância do paradigma estadualista proporcionou um quadro teórico onde prevalecia uma visão de unificação total de tais ordens, com a consequente racionalização da sociedade sob o monopólio da ordem estatal, bem como a separação nítida entre Estado e sociedade civil. Esta visão concorreu para que não fosse contemplada a